

Meu corpo não é pó: a luta feminina em Piquiá de Baixo contra a violação de direitos humanos

Pseudônimos: Lélia Gonzalez e Josefina de Azevedo

Resumo

A participação feminina em movimentos, seja no contexto urbano ou rural, sempre foi uma das principais linhas revolucionárias na esfera social e política que exclui, constantemente, os direitos femininos, a partir da sua integração nos direitos humanos. Esse artigo se propõe em analisar como as mulheres da comunidade de Piquiá de Baixo são representadas na Rede Justiça nos Trilhos – uma organização não-governamental que sustenta, denuncia e promove a viabilização de comunidades afetadas pelas siderúrgicas ao longo do Corredor Carajás.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Feminismo; Gênero; Mulheres; Piquiá de Baixo.

Introdução

A comunidade Piquiá de Baixo é o primeiro bairro da cidade de Açailândia, que integra os 217 municípios que fazem parte do estado do Maranhão, e compõem a Amazônia Oriental, como a maior fonte de riqueza do estado. Desde seu início, levou inúmeros cidadãos a conquistar terras na localidade e cultivar suas plantações, exercendo trabalhos no ramo da agricultura e pesca, e atrelado a isto, sofre há 40 anos com poluição advinda da indústria do minério de ferro e produção de carvão.

Marcada pela indústria da madeira e da seringueira, o local foi escolhido pelas siderúrgicas como uma zona estratégica para produção de minério de ferro e carvão vegetal. A demografia da cidade é interligada pelos cruzamentos ferroviários e rodoviários entre São Luís (Capital do Estado) e a Serra de Carajás (Pará), de modo a construir a Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Para Santos (2018, p. 20) as comunidades afetadas pela EFC cortam 27 municípios entre os Estados do Pará e Maranhão, afetando aproximadamente 100 comunidades, “[...] essas comunidades se organizam em coletivos para trocar experiências, estratégias de resistências e denúncias”.

Desde a chegada das siderúrgicas, ainda na década de 1980, ocorreram mudanças na comunidade, a começar pela saúde dos moradores, a fuligem do pó de carvão, o ar, rios

contaminados e a grande frota de automóveis em circulação que foram inseridos dentro do bairro, dificultando assim o bem-estar social e a esperança de um desenvolvimento humano.

As instalações e a apropriação no local destruíram todos os recursos naturais que enriquecem a comunidade: ar, solo e água. Em 2007, para ajudar essa comunidade de mulheres politizadas e outras ao longo do Corredor Carajás, nasceu a Rede Justiça nos Trilhos (JnT), com “o objetivo de denunciar os impactos negativos do ciclo da mineração e siderurgia, a partir de casos observados no Maranhão e que depois se estenderam por todo o Corredor de Carajás (SANTOS, 2018, p. 35)”.

De acordo com o Boletim Informativo da Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá ACMP, os movimentos de luta, as operações contra as siderúrgicas e, principalmente, as parcerias nacionais e internacionais ajudam, até hoje, na transformação da comunidade e no sonho do novo bairro reassentado. Ainda conforme Santos (2018, p. 33), a cidade de Açailândia registra o maior número de denúncias contra a siderúrgica Vale S.A, e o bairro “é um símbolo de resistência, luta e mobilização popular”.

Dentro deste contexto, o artigo buscou observar a luta das mulheres na comunidade de Piquiá de Baixo, por meio das publicações na *fanpage* da Rede Justiça nos Trilhos, entre 2012-2021. Para exploração dos fatos, utilizamos a Análise de Conteúdo (AC), a partir das orientações de Bardin (2011). Dentro das considerações, identificou-se que os posicionamentos políticos, sociais e econômicos estão concentrados na figura feminina, moradoras do bairro, e que Dona Tida (Francisca da Silva); Joselma Alves de Oliveira e Flávia Nascimento, compõem o principal perfil de representatividade da comunidade, atuando na Associação de Moradores de Piquiá na luta pela visibilidade comunitária em outros países.

Direitos Humanos e empresas: o papel da mídia alternativa

A Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (1776); a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelecida pela ONU (1948) inauguram as primeiras premissas ideológicas sobre a questão dos Direitos Humanos na sociedade e a revisibilidade da sua função social. Ana Maria Colling (2019, p. 35) explica que “[...] os debates sobre os direitos humanos são muito recentes no mundo ocidental” e que a partir das tragédias anunciadas em busca de poder territorial e a utilização das forças armadas penalizando milhões de pessoas pelo mundo afora “[...] é que a sociedade começou a debruçar-se efetivamente com a garantia dos direitos humanos”.

É nesse sentido que a opressão, o esquecimento e a desvinculação midiática espelharam os possíveis critérios de noticiabilidade da mídia tradicional, as pautas comunitárias possuem

o histórico de não se encaixarem no atrativo massivo elaborado pelas mídias tradicionais e hegemônicas. Entende-se que o tal sistema, dentro das teorias midiáticas, se posiciona a partir do viés político e econômico e, principalmente, apoia-se em projetos governamentais e empresariais.

Ainda no século XX, o pensador italiano Antônio Gramsci avaliou as possibilidades da inserção alternativa na mídia hegemônica, assim surgindo a contra-hegemonia para fins sociais e atribuições representativas. A mídia focaliza nos movimentos sociais, desprende-se do imaginário informativo e da origem dos veículos de comunicação tradicionais, referindo-se à uma manifestação por intermédio da comunicação popular e seus processos de liberdade.

A mídia alternativa desenvolveu estratégias para incluir os movimentos sociais, utilizando processos comunicacionais como a transmissão da mensagem com pequenos recursos técnicos, a mobilização para as lutas sociais e a viabilização comunitária. Identificados como grupos minoritários que são excluídos das pautas tradicionais e afastados do semblante do Interesse Público, fundamentado por Christofolletti e Triches (2014), representam o descaso político, econômico e informativo na esfera social.

No Brasil, o surgimento da comunicação comunitária e a chegada da mídia alternativa ocorreram entre os anos de 1970 e 1980, intensificando-se mesmo na década de 1990. Para Peruzzo (1998) essas organizações midiáticas sucederam através dos movimentos sociais populares, e pelas péssimas condições de vida das classes subalternas, a partir do interesse em apresentar e reivindicar seus direitos como cidadãos e suas problemáticas coletivas, categorizando-as como: manifestações comunicacionais populares.

As manifestações comunicacionais populares se classificam em três dimensões distintas: popular-folclórico, popular-massivo e popular-alternativo (PERUZZO, 1998). De acordo com Peruzzo (1998, p. 144) a manifestação que envolve o popular-alternativo “situa-se no universo dos movimentos sociais populares”. Dessa forma, a Rede Justiça nos Trilhos se enquadra em uma mídia alternativa, mais precisamente, no papel de uma rede popular-alternativa, por ser uma organização não- governamental – uma articulação de movimentos sociais, que atua em defesa das comunidades afetadas pela mineradora Vale S.A, retratando e denunciando as violências físicas e simbólicas das comunidades que são interligadas pela Estrada de Ferro Carajás, em nome da sobrevivência.

Para Santos (2018, p. 36-37), a Rede nasceu na tentativa de ecoar vozes e apresentar os direitos às comunidades carentes das vias públicas, a partir do trabalho do comunicador, seja na educação, no jornalismo e na colaboração da igreja, o que “possibilitou a divulgação de denúncias e dos modos de vida no Corredor de Carajás, com investimentos e interesse nos

trabalhos de comunicação”, e hoje são atualizados o site e redes sociais (Facebook e Twitter), tendo a missão de evidenciar “os avanços inerentes aos movimentos sociais, com mudanças nas formas de atuação, a relação com o Estado e a promoção da cidadania”.

A utilização dessas plataformas auxilia nas lutas e transformações sociais proporcionando o exercício da cidadania e a construção da identidade de um povo, que luta contra as indústrias de mineração, refletindo, assim, o descaso social e ambiental de uma população que vive em comunidades afetadas por grandes empresas. Peruzzo (2009) explica que essas instituições são necessárias para organizar uma estrutura social, podendo ser classificadas em: legitimadoras, resistentes e identidades de projeto.

Gênero e a luta por transformações sociais em contextos rurais

A palavra ‘luta’ se assemelha a combate, enfrentamento, trabalho, empenho e tantos outros substantivos que sinalizam a superação. Em um passado não muito distante tinha-se a ideia de que a utilização dessa sentença estaria, permanentemente, vinculada à homens – pela própria construção divina de atribuir esforço e virilidade ao sexo masculino.

Com a passagem do século XVIII para o século XIX haveria uma mudança estrutural na interação feminina no campo social e político, isso porque a capacidade feminina estava sempre ligada às "obrigações domésticas" que lhes eram impostas e as ferramentas, de liberdade e igualdade, atribuídas pelo surgimento do feminismo ocidental estariam impulsionando, virtuosamente, poder as mulheres.

Guedes (1995, p. 8) banhada nos ensinamentos da historiadora Joan Scott, traça uma lista de significações, porém, pontua que gênero é “uma forma de entender, visualizar e referir-se à organização social da relação entre os sexos”, ou seja, o gênero veicula-se as construções sociais, e não, as características naturais.

Sobre essas construções, Bourdieu (2019, p. 24), aponta que a estruturação feminina na sociedade está vinculada à condição masculina e, por isso, tende a ser dominada pela ordem social. Essa ordem estaria, simbolicamente, ligada aos mecanismos dos sexos, como a “divisão sexual do trabalho, as atividades atribuídas a cada um dos dois sexos” e as definições de espaços ocupados por ambos.

O autor reforça que essas posições de lugares definem, muito bem, a sociedade patriarcal e seus elementos de hostilidade, enquanto pensarmos que o mercado está reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres, provocará conflitos maiores na dominação masculina e na permanente submissão feminina.

Dentro do processo histórico, Coruja (2018), ressalta que os estudos sobre feminismo convergiram com o campo comunicacional por meio dos Estudos Culturais, entre 1960 e 1970. Mas, no final da década de 1950 o feminismo causaria uma ruptura nos estudos culturais britânicos e, a partir disso, ensaios e pesquisas seriam produzidos para abordar as diferenças dos papéis de gênero, a representação da mulher na indústria cinematográfica, estrutura patriarcal, entre outras.

No Brasil, segundo Escosteguy (2008; 2012) até 1990 os estudos dentro deste contexto ainda eram discretos, mas que a temática vinha ganhando força, podendo ser notada no levantamento realizado pela autora das teses e dissertações brasileiras de 1992 a 2002, disponíveis no repositório do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E, para dar sequência a esta coleta, Coruja (2018) propôs um recorte, contemplando os anos de 2010 a 2015, com intuito de ver e rever o que se tem produzido no campo da Comunicação no país.

Sobre este aspecto de importância do feminismo e gênero na Comunicação e sociedade, Pinto (2003, p. 9) destaca que não é uma tarefa simples escrever a história do feminismo brasileiro, pois “trata-se de um fenômeno que ainda vivemos de forma muito presente e sobre o qual ninguém, homens ou mulheres, ficou imune a ter uma opinião”. No entanto, é essencial para provocar os movimentos e questionar uma ordem conservadora, que conseqüentemente, causará uma libertação, seja no viver, pensar, poder e até mesmo, escrever.

Dessa forma, ao analisarmos as notícias que referenciam as mulheres da comunidade de Piquiá postadas na fanpage da *Rede Justiça nos Trilhos*, atribuímos à prática da construção dessas notícias ao movimento político e cultural no bairro, ligada às personalidades femininas. Em nenhum momento há citações femininas sem embasamento social ou político, percebe-se que das 69 publicações analisadas todas estão, categoricamente, representando a bandeira de luta que cada mulher conduz na comunidade.

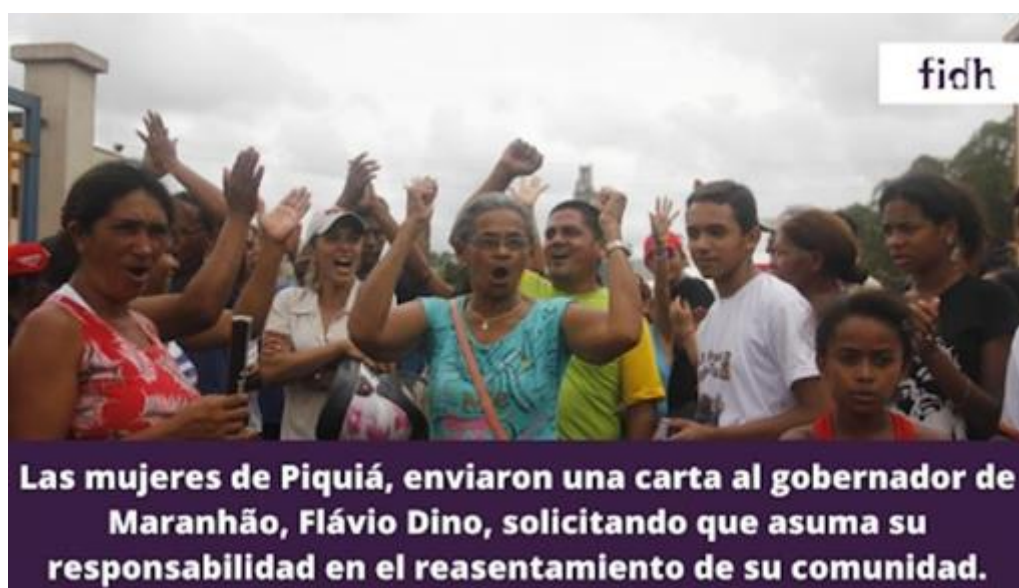
A fé não costuma falhar: quem são as mulheres de Piquiá?

Com a chegada das empresas siderúrgicas, na década de 1980, a comunidade começou a se mobilizar e lutar pelos seus direitos socioambientais. Os habitantes de Piquiá de Baixo têm lutado contra as empresas poluidoras do polo siderúrgico de Açailândia- MA por meio de manifestações, protestos, denúncias, processos judiciais e reivindicações. Entre os moradores, as mulheres de Piquiá se destacam como representantes das mais de 300 famílias que reivindicam a transferência do bairro para uma nova área, longe da poluição e em busca por moradia digna.

Nessa luta, entre as iniciativas tomadas por mulheres está a construção do Clube de Mães, cujo objetivo principal era ser um ponto de apoio à comunidade, partilhando com outras mães doações de leite e alimentos, atualmente funcionando como oficina de mulheres artesãs de Piquiá. Não há como falar do papel de coadjuvantes das mulheres sem falar sobre feminismo, Paulilo (2016) considera muito relevante a contribuição das agricultoras brasileiras para desorganizar as pautas do feminismo, que tem uma marca urbana muito forte.

As mulheres de Piquiá têm se mobilizado em prol das causas da comunidade em pé igualdade com os homens, o que denota, mesmo que tardio, o crescimento do feminismo no seio da comunidade. No texto “Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul”, esclarece-se como ocorre as mobilizações femininas no meio rural; essas mulheres “formulam demandas efetivas aos governos local, estadual e federal e tentam influenciar na vida política”, e as “agricultoras passam por um processo de emancipação individual e, ao mesmo tempo, coletiva, na busca de respostas locais às carências sentidas” (ACHAAF, 2003, p. 21).

Figura 1 – Mulheres de Piquiá enviam carta ao governador Flávio Dino (MA).



Fonte: Fédération Internationale Pour Les Droits Humains (2018).

Os moradores da Comunidade receberam o apoio da Missão Comboniana, ligada à Igreja Católica, os combonianos ofereciam assistência pastoral aos moradores. Essa iniciativa pode ter sido o embrião da atuação feminina na luta por direitos, pois conforme explica Schaaf, no contexto rural, mobilizações religiosas ganham mais notoriedade.

No campo, o feminismo não encontrou ressonância, ao passo que, com as premissas da Teologia de Libertação, a Igreja Popular mobilizou um grande contingente de pequenos agricultores no contexto de maiores transformações no campo, e as mulheres inseriram-se nessas mobilizações. (ACHAAF, 2003, p. 03).

A Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP), que ganhou força com seu primeiro presidente, Edvard Dantas Cardeal (in memoriam), conta cada vez mais com a participação das mulheres. Francisca Sousa Silva, a dona Tida (atual presidente), Joselma Alves de Oliveira, dona Angelita e Flávia Nascimento, são nomes que se sobressaem na luta pelos direitos da Comunidade, desenvolvendo-se “como sujeitos políticos na conflitante e ambígua vida diária, problematizando demandas coletivas como representantes políticos legítimos” (ACHAAF, 2003, p. 14).

As mulheres de Piquiá, por meio da ACMP, cobram do Estado o direito à cidadania, garantida por lei. Elas vão a congressos, debates, oficinas e audiências representando a comunidade, pois, “como o governo tem poder, suas estratégias são obscuras, e as mulheres são individualmente invisíveis, é preciso, pois, uma organização coletiva (ACHAAF, 2003, p. 8)”.

É bem verdade que presente nos movimentos de luta e nas atuações dentro da comunidade há muitas mulheres, mulheres inconformadas pelas péssimas condições de vida advindas das siderúrgicas, mulheres em busca de cidadania, liberdade, saúde e autonomia familiar, mulheres como Dona Maria Aldenir que aguarda respostas há 20 anos. Todas as mulheres que compõem o seio da comunidade de Piquiá de Baixo estão re(existindo).

Para Ribeiro (2017, p. 40), cada indivíduo tem experiências e pontos de vista distintos sobre a sociedade, a vivência no papel social que ocupa infere na sua perspectiva, daí a impossibilidade de universalizar o discurso feminista, “[...] raça, gênero, classe e sexualidade se entrecruzam gerando formas diferentes de experienciar opressões”. O que define Dona Angelita, Dona Tida, Dona Maria Aldenir e Flávia Nascimento como participantes do movimento feminista rural são suas mobilizações como mulheres do campo.

Figura 2 – Dona Maria Aldenir, moradora da comunidade, mostrando suas mãos sujas de pó de minério



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos/Acervo (2019).

Em uma definição mais precisa, Tida, Maria Aldenir, Joselma Alves, Angelita e Flávia Nascimento são feministas rurais, como explicam (SILVA; MONTEIRO; LINA, 2010), essa categoria do feminismo abarca: produtoras, agricultoras, quebradeiras de coco, extrativistas, assentadas, cortadoras de cana, acampadas, quilombolas, indígenas, pescadoras, do campo, das águas e da floresta. Elas são periféricas, a maioria negra, uma boa parte delas são analfabetas, outras são indígenas, ciganas ou quilombolas. Muitas dessas mulheres se auto-organizam e constroem o feminismo rural, em busca de igualdade e reconhecimento de seus papéis como protagonistas de suas histórias.

Trilha metodológica

Para analisar o modelo de representação das mulheres de Piquiá de Baixo nas publicações do Facebook da Rede Justiça nos Trilhos, optou-se pela Análise de Conteúdo (AC), a partir das orientações de Bardin (2011), que categoriza o método em três etapas iniciais: pré-análise, exploração dos materiais e tratamento dos resultados obtidos.

De acordo com Bardin (2011, p. 125), a pré-análise é a “fase de organização” dos materiais; seguindo para a exploração do material que opera ações no computador, tratando de “codificação ou enumeração” dos dados obtidos; e por último, o tratamento dos resultados e as estratégias de interpretação que “valida os quadros, diagramas, figuras e modelos”.

No tocante, a cronologia defendida pela autora compreende os fatos encontrados no momento da análise. Foram analisadas as publicações dos anos de 2012 a 2020 e, até o

momento dessa pesquisa, os meses iniciais do ano de 2021, correspondendo ao total de 69 publicações que referenciam, citam e representam os perfis e as atuações das mulheres que moram na comunidade. A coleta de dados prosseguiu por 22 dias, empregamos como critérios de análise: quantidade de publicações por ano, gênero jornalístico, enquadramento e perfil.

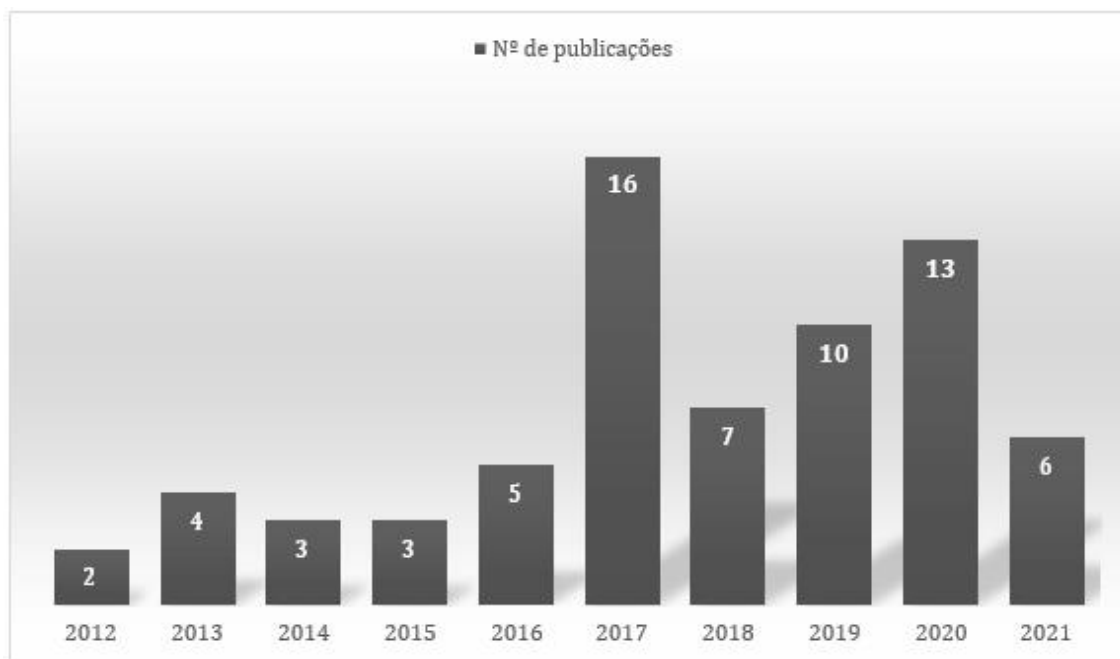
Observou-se que o ano de 2012 tem o menor índice de representação feminina na comunidade incluso no Facebook, resultando apenas em (2,8 %) das publicações, essa somatória ocorre pelo surgimento da página no mesmo ano e as possíveis reformas dentro da plataforma no levantamento das pautas. Partindo para os dois anos que há um número maior de identidades femininas de Piquiá de Baixo, aponta o ano de 2017 com (23%) das publicações e o ano de 2020 com (18%).

Análise de dados

Com o objetivo de entender como é veiculada a atuação das mulheres de luta do Bairro Piquiá de Baixo, contra os gigantes das mineradoras de ferro, analisamos a página da Rede Justiça nos Trilhos, como já foi mencionado acima. A pesquisa abarcou o conteúdo postado entre os anos de 2012-2021, com base na Análise de Conteúdo (AC), que conforme Bardin (2011), se fundamenta na frequência de determinados elementos na mensagem estudada. Ainda de acordo com a autora, a escolha das categorias é de fundamental importância para uma análise fundamentada.

Coletamos as publicações que falam sobre a atuação das mulheres da comunidade, e organizamos os dados classificando-os por ano e gênero jornalístico - com base na classificação de Melo e Assis (2016), informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Observamos, ainda, quais nomes eram citados nas publicações, isso porque, como explica Bardin, (2011), as categorias devem possuir as seguintes qualidades: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade e, por último, a produtividade.

Gráfico 1 – Publicações - Rede Justiça nos Trilhos (2012-2021)



Fonte: As autoras (2021).

No primeiro gráfico observamos que de 2012 a 2021, foram registradas 69 publicações que evidenciam a atuação das mulheres nas mobilizações de Piquiá de Baixo. Nos primeiros cinco anos a recorrência dos posts com mulheres mencionadas foi menor, somente 17. Em 2012 encontramos apenas duas publicações, a menor quantidade, enquanto o ano com maior acúmulo de conteúdo postado nesse quinquênio foi em 2016 com cinco posts.

Nos cinco anos seguintes houve um aumento significativo na divulgação dos esforços de mulheres pela comunidade, entre 2017 e maio de 2020 coletamos 52 publicações sobre elas, o triplo do conteúdo difundido nos anos anteriores. Nesse período, o ano com a menor quantidade de postagens é 2021, com 6 publicações, no entanto, observamos que a pesquisa desse ano se estendeu de janeiro a maio, diferente dos anos precedentes analisados por completo, ainda assim, é um número maior que o ano com mais postagens entre 2012 e 2016. O ano com maior profusão sobre a atuação das mulheres de Piquiá foi 2017, com um total de 16 publicações.

Gráfico 2 – Gêneros Jornalístico



Fonte: As autoras (2021).

Neste gráfico estão os gêneros jornalísticos identificados no conteúdo analisado, dos cinco gêneros conceituados por Melo e Assis (2016), encontramos três: (1) informativo, que abrange os formatos nota, notícia, reportagem e entrevista, (2) o opinativo, contendo os formatos editorial, comentário, artigo, caricatura, carta e crônica e o (3) utilitário, que compreende indicador, cotação, roteiro e serviços.

O gênero informativo foi o mais utilizado nas postagens, um total de 53 vezes. O conteúdo utilitário ocupa o segundo lugar com 9 produções e por fim, encontramos o gênero opinativo com 7 publicações.

Tabela 1 – Mulheres representadas nas publicações (2012-2021)

Identidade	Menções
Joseth Carvalho	2012
Joselma Alves de Oliveira	2013-2019
Dona Luza	2014
Francisca Silva (Dona Tida)	2017-2021
Dona Luzinete	2015
Dona Angelita	2016
Dona Maria Aldenir	2016

Kaya	2016
Kelly Silva	2020
Gerliane chaves	2017
Jordania Silva	2017
Carmen	2017
Rosineide Moraes	2017
Antônia Flávia Nascimento	2017- 2021
Antônia Maria Lima	2018
Wendelly	2020
Ana Maria Souza	2020-2021
Tifhanny, ex-moradora	2012

Fonte: As autoras (2021).

O quadro acima contém o nome das moradoras mencionadas ao longo do decênio analisado, ao todo 18 mulheres foram citadas, algumas no período de um ano, e outras no decorrer de dois ou mais anos. Ressaltamos que em algumas publicações não há nome próprio de nenhuma moradora, elas são citadas, de forma generalizada, apenas como mulheres, enquanto em outras postagens encontramos o nome de três ou mais moradoras.

Entre as citadas, Joselma Alves de Oliveira, teve seu nome divulgado por sete anos consecutivos, de 2013 a 2019, enquanto Dona Tida e Flávia Nascimento empatam na segunda posição, o ativismo das duas foi difundido na página da ONG, durante os últimos cinco anos consecutivos, de 2017 a 2021. Sobre essas últimas, Silva et al, (2019), conta que, Dona Tida, que chegou em Piquiá na década de 1970, participa da luta contra as siderúrgicas desde o início, enquanto Flávia, que nasceu e foi criada no bairro, foi incentivada por seus pais a participar a do ativismo da comunidade. Dona Tida é presidente da Associação Comunitária de Piquiá desde 2018, e Flávia atuou como secretária, tesoureira e agora é fiscal e membro da Comissão de Moradores responsáveis por acompanhar e fiscalizar o andamento da obra do

novo bairro, elas são “sementes, nasceram da raiz da luta e os frutos fizeram brotar (SILVA et al, 2019, p.81)”.

Considerações Finais

Como o papel da Rede Justiça nos Trilhos é denunciar os abusos cometidos contra as comunidades presentes no Corredor de Carajás, por empresas siderúrgicas, assim como a omissão do próprio Estado, e de comunicar como as comunidades lutam para garantir um futuro mais justo e digno, essa pesquisa foca na fanpage da Rede para descobrir como a mulheres de Piquiá de Baixo, são evidenciadas na plataforma digital.

Hoje a Rede Justiça nos Trilhos conta com o apoio de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, entidades, grupos de pesquisa, jornalistas, e com o envolvimento de comunidades situadas ao longo do Corredor dos Carajás. Schaaf explica que “os movimentos tratam de ‘lutas’ sobre direitos e significados e politizam o que não é político, desafiando a arena política para estender os seus próprios limites e ampliar a sua agenda (2003, p. 29)”.

Analisando as publicações sobre as mulheres de Piquiá entende-se que o ativismo delas, junto à comunidade, cresceu durante a última década de forma acentuada, e embora as 69 publicações em que são mencionadas pareça um número pequeno em relação ao tempo pesquisado, ressaltamos que a Rede Justiça nos Trilhos faz a cobertura noticiosa de todo o Corredor do Carajás, uma área com mais de 100 comunidades, além de cobrir as ações tomadas pelas siderúrgicas e governos.

Referências

ALVES, M. S; BRITO, N. C. R; PINHEIRO, R. A. Análise das notícias sobre Piquiá de Baixo no Jornal Nossa Voz. In: **XXI INTERCOM** Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, São Luís. 2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/index.htm>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Coimbra: Almedina, 2011.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TRICHES, Guilherme. Interesse público no jornalismo: uma justificativa moral codificada. **Revista Famecos**. (Online), v. 21, pp. 484-503, 2014.

COLLING, A.M. Direitos humanos e direitos das mulheres – desafios contemporâneos. IN: CANABARRO, Ivo dos Santos; STRÜCKER, Bianca (Orgs.) **Memória e Direitos Humanos: desafios contemporâneos**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

CORUJA, Paula. Comunicação e Feminismo: um panorama a partir da produção de teses e dissertações do campo da Comunicação entre 2010 e 2015. *Ártemis*, Paraíba, v. 25, n. 1; jan-jun. 2018. p. 148-162.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina (org.). **Comunicação e gênero**: a aventura da pesquisa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

_____. Pensando as relações entre mídia e gênero através de histórias pessoais: o caso brasileiro. *Derecho a Comunicar*, Cidade do México, n. 4, p. 174-186, jan./abr. 2012. Disponível em:
https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9670/2/Pensando_as_relacoes_entre_midia_e_genero_atraves_de_historias_pessoais_o_caso_brasileiro.pdf. Acesso em: 27 mai. 2021.

GONÇALVES, M. M.; MACIEL, M. N.; PINHEIRO, R. A. Ativismo digital e resistência: a comunidade de Piquiá de Baixo no facebook da rede Justiça nos Trilhos. In: **XXI INTERCOM** Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, São Luís. 2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/index.htm>. Acesso em: 09 jun. 2021.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. Gênero, o que é isso? **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 15, n. 1-3, p. 4-11, 1995. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98931995000100002>.

PALULO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade**. Florianópolis, v.15, p.296-316, edição especial. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p296/33805>. Acesso em: 08 jun. 2021.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Movimentos sociais, cidadania e o direito a comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**. São Leopoldo (RS): Unisinos, v. 11, n. 1, jan-abr 2009.

_____. Mídia comunitária. *Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo: **UMESP**, nº30, p.141 – 157, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RECUERO, Raquel. Rede Social. In: SYPER, Juliano. **Para entender a internet**. Creative Commons, 2009.

SANTOS, L.P. **Justiça nos Trilhos: Redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A na Amazônia**. 2018. p. 186. Dissertação (Mestrado Acadêmico Ciências da Comunicação) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SCHAAF, Alie van der. **Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2001.

SILVA, Ainá Oliveira da; PINHEIRO, Carla Cristina B.; BRUSTOLIN, Cíndia; COSTA, Clara Fernanda S.; CASTRO, Maria Ecy L. de; SOUZA, Neuziane; SILVA, Sislene Costa da. **Liberdade caça jeito**: a história de todos na história de cada um. São Luís: EDUFMA, 2019.

FRIDMAN, L.C. Morte e vida favelada. IN: SILVA, L.A.M. (org) **Vida Sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. 1º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.